

ATA DA 006ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Antes de adentrar às Breves Comunicações, quero fazer um alerta aos líderes das bancadas que ainda não entregaram os nomes dos srs. deputados que irão compor as comissões. Ainda faltam o PMDB, o PSD e o PP. Hoje é o último dia para que as bancadas apresentem os nomes dos deputados que irão compor as comissões, por isso, solicito que até o final desta sessão todos possam efetuar a entrega dos nomes.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até de minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero falar hoje sobre o maior evento deste ano na nossa capital que é o Congresso Técnico da Fifa, que está acontecendo a partir de hoje e vai até a próxima sexta-feira no hotel Costão do Santinho.

Embora só esteja começando hoje os comentários e as mobilizações dos órgãos de imprensa, especialmente dos órgãos de segurança que tem acontecido há vários dias e até semanas. São representantes das equipes técnicas de todas as seleções que participarão da Copa do Mundo e algumas centenas de jornalistas, mais de cem internacionais, representando também a comunidade de informação internacional, especialmente aos setores ligados ao esporte.

O evento é grande, todo mundo quer aparecer nesta foto, especialmente como apoiador, como entusiasta, mas é preciso dizer que existe sempre uma carga que cai e recai nos ombros ou nos calcanhares daqueles que trabalham para garantir a segurança pública nesses eventos.

Como iniciei falando, já faz uns dias ou vários dias que temos companheiros, Policiais e Bombeiros Militares reclamando dos auspícios das escalas e das condições precárias que apresentam para esses trabalhadores neste e em outros eventos.

Segunda-feira passada, portanto há oito dias, um companheiro me ligou dizendo que ficou o dia inteiro no Costão do Santinho sem alimentação e nem água para beber, ou seja, quem vai para trabalhar é tratado pior do que um cavalo. E isso não é uma exceção, um episódio que aconteceu agora. E já falei desta tribuna que a primeira vez que me senti um cachorro nessa vida, deputado Padre Pedro Baldissera, foi quando em 1987, jovem policial militar, vim trabalhar na Operação Veraneio nesta cidade maravilhosa, numa festa, num baile, num clube particular, no caso, o LIC. Chegamos lá às 17h e saímos às 5h30, a pé. E lá pelas 3h da madrugada ofereceram um cachorro

quente, com salsicha de procedência ou validade duvidosa. Toda elite florianopolitana chegou à festa, depois de muito tempo que já estávamos lá, curtiu a noite inteira, dançou, bebeu a noite inteira e saiu suada, cansada, muitos com menos roupa do que entraram, e nós continuamos lá, em pé.

E nesse megaevento da Fifa, quase 30 anos depois, acontece coisa parecida com os companheiros policiais e bombeiros que estão trabalhando. Quero dizer que é preciso o reconhecimento das autoridades de segurança pública. E é preciso pensar quando se gasta milhões, milhões e milhões para que inclusive aqueles que ganham dinheiro com turismo nesta cidade pensar em investir nas mínimas estruturas para a saúde física e psicológica dos trabalhadores e trabalhadoras que farão a segurança, o que geralmente não acontece. Não acontecia há 30 anos e continua não acontecendo hoje.

Quero parabenizar os policiais federais que foram até o Costão do Santinho fazer uma manifestação falando das suas demandas, inclusive para a comunidade internacional inteira ver a necessidade de reestruturar a segurança pública no Brasil, especificamente defendendo a aprovação da PEC n. 51 que tramita no Congresso Nacional, que fala dessa reestruturação da segurança pública.

Então, parabenizo o Sindicato dos Agentes da Polícia Federal de Santa Catarina pela sua determinação, clarividência e coragem, um ato que tem todo apoio, com nota já lançada pela Aprasc.

Quero fazer esse registro, esse lamento e reiterar que aqueles que garantem a segurança para que outros ganhem dinheiro e façam as suas propagandas não têm a estrutura e o respeito na condição de trabalho que merece cada trabalhador brasileiro.

Aí, quando o policial alopra, e este é o tema usado na caserna, lá na linha de frente, aí sim tem um monte de regulamento disciplinar e Código Penal Militar para impor sobre as costas desse companheiro, desse trabalhador.

Falando em qualidade do trabalho, mudando de pauta, mas seguindo no mesmo rumo, faço referência à greve dos trabalhadores do Hospital de Caridade, deputado Padre Pedro Baldissera, aqui de Florianópolis. Caridade, a gente não sabe para quem, porque o hospital cobra bem, e atende pelo SUS muito menos daquilo que o contrato com o governo federal prevê.

É a segunda vez que tem greve no Hospital de Caridade, a segunda vez numa longínqua história do Hospital de Caridade. Evidente que como toda greve tem uma pauta econômica, até porque a legislação brasileira exige uma pauta econômica para ter uma greve. Greve política é proibida pela legislação brasileira, então a pauta é econômica.

Eles exigem 0,6% de reajuste salarial. O Hospital de Caridade faz dois anos que não negocia com a categoria, que não avança para além daquilo que as obrigações legais lhes impõem. A greve estourou, evidente que tem a questão do salário, deputada Luciane Carminatti, evidentemente tem a questão do salário, mas também tem a questão do tratamento que os trabalhadores do Hospital de Caridade recebem lá dentro.

Eles pagam pela alimentação 3% do salário, e chega-se ao absurdo de muitas vezes servirem carne podre. E quem faz a comida assim relatou, de ter que lavar três vezes a carne para ela perder um pouquinho do cheiro e gosto de carne podre.

Agora trocaram a janta, é um sopão na hora da janta, e cortaram também o pão. No intervalo de refeição e de descanso, obrigatório por lei, não tem lugar para os servidores ficarem.

Então, está lá na lei, o patrão diz que segue a lei, mas estando trabalhando ou não estando trabalhando, eles não têm repouso. Não têm descanso.

Estes foram os motivos de contestação pela falta de dignidade no trabalho lá no Hospital de Caridade. Este hospital recebe um milhão de reais por mês, do SUS, pela informação que temos, teria que ser verificado. Deveriam atender 70% pelo SUS, mas segundo denunciam os trabalhadores em greve,

não chegam a atender 30% pelo SUS, o resto é reservado para os convênios particulares.

Então, essa pauta precisa ser discutida e apresentada aqui também, neste parlamento. Parabenizamos a garra e a coragem dos trabalhadores e das trabalhadoras do Hospital de Caridade, que neste momento se levantam para defender dignidade do trabalho, para defender 0,6% de reposição salarial, e para dizer para esta cidade e para o estado inteiro que é só discurso bonito de dirigentes filantrópicos do maior hospital privado de Santa Catarina, que é o Caridade, mas que tratam muito mal os trabalhadores de lá, tanto que estão pedindo a saída da atual diretora.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é a sra. deputada Luciane Carminatti, a quem concedemos a palavra, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o presidente, os srs. deputados, e a todos que acompanham esta sessão.

A minha manifestação, no dia de hoje, inicia com uma propaganda, que eu gostaria que fosse veiculada, do chamado Pacto Pela Educação, propaganda esta que foi veiculada por diversos dias, no mês de janeiro deste ano, aqui na região de Florianópolis.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

O meu papel neste momento é questionar alguns números do governo do estado de Santa Catarina sobre a real situação das escolas estaduais. Uma coisa é a propaganda, outra coisa, deputada Ana Paula Lima, é a realidade concreta em que os nossos alunos, os nossos educadores se encontraram neste ano de 2014.

Conforme o vídeo, a propaganda do governo afirma que existem 117 escolas da rede pública estadual na Grande Florianópolis, mas, na verdade, temos 136 escolas, deputado Sandro Silva, nesta grande região de Florianópolis. Primeiro, esses dados não incluem, excluem, portanto, os Cedups,

Centros de Educação Profissional, os Centros de Educação Integrada, CEIs, os Centros de Educação de Jovens e Adultos, Cejas, as escolas indígenas, as poucas creches estaduais e também a Escola Supletiva da Penitenciária de Florianópolis.

Assim, percebe-se, um claro e evidente recorte nos números da secretaria estadual de Educação. A pergunta que fica é a seguinte: se essas instituições de ensino não são de responsabilidade do sistema público estadual de educação.

A propaganda afirma ainda que destas 117 escolas, 75 já passaram ou estão passando por reformas ou melhoria pelo governo do estado. Na mensagem do governador na Assembleia Legislativa, diz que apenas 11 escolas estão recebendo reformas ou melhorias. A mensagem foi entregue aos 40 deputados no início desta legislatura. Das 117 escolas citadas pela propaganda, fizemos contato com 53 escolas que afirmam não ter recebido nenhum investimento do atual governo.

Então, pergunta-se: quais são as 75 escolas reformadas ou que receberam melhorias do governo do estado? Em que período ocorreu esses investimentos? Que tipo de reforma ocorreu? Foi pintura? Foi troca de fiação? Foi limpeza no pátio? O que é que o governo considera reforma? Esse é o nosso questionamento, porque na propaganda aparece que todas as escolas estão ficando maravilhosas! Não é a realidade que encontramos.

A propaganda, que é muito bonita, afirma que as escolas receberam melhorias como ampliação, bibliotecas e quadras esportivas. Das 53 escolas que fizemos contato, todas, deputados, afirmam que necessitam de reformas urgentes, com problemas na estrutura, telhado e rede elétrica, afetando diretamente o desempenho das atividades de ensino na educação.

Quero trazer aqui alguns exemplos da Grande Florianópolis. O município de Palhoça tem 21 escolas, e no mês de outubro a Escola de Educação Básica João Silveira foi fechada pelo Ministério Público, pois os 1.200 alunos que frequentavam as aulas não tinham as mínimas condições de segurança

e infraestrutura. Dois meses depois outras seis escolas foram interditadas, afetando cerca de seis mil alunos.

Que nível de aprendizagem pode esperar de estudantes que não têm espaço decente para o estudo, salas sem ventilação, fiação elétrica deteriorada, espaços recreativos inadequados, goteiras, muros quebrados, falta de infraestrutura, falta de segurança? É claro que falta o governo olhar para isso e ver que essa não é a realidade mostrada em suas propagandas.

Somente a dedicação dos estudantes e professores não é suficiente para garantirmos educação de qualidade. As matérias que veicularam nesta semana no *Jornal do Almoço*, da RBS, são prova de descaso deste governo. A reportagem mostra a situação da Escola Laura Lima que um ano depois apresenta os mesmos problemas, mais agravados, onde a área de lazer, o parquinho, a quadra de esportes representam perigo às crianças que terão de improvisar por mais longos meses, já que as obras de reparo estão em atraso e devem demorar pelo menos até a metade do ano.

Em 2012, a Escola Vicente Silveira desabou. E ao retornarem nessa semana pais e alunos encontraram a escola em péssimas condições. Nem mesmo os problemas pequenos foram solucionados nas férias. Falta de recursos financeiros não podem ser desculpa, pois para retirar entulhos jogados no pátio e consertar bebedouros não são necessários grandes investimentos, mas é preciso vontade e determinação para organizar a casa. Tudo isso somado ao barulho das obras que ocorrem no mesmo horário das aulas, só resta aos alunos e professores o pedido de socorro.

A Escola João Gonçalves Pinheiro, no Rio Tavares, iniciou o ano letivo sem aulas devido à paralisação dos alunos que aguardam a entrega do novo prédio desde 2010. A resposta do secretário da Educação é que o governo não foi informado sobre a situação, que não recebeu requerimento. A pergunta que fica é que cinco anos depois será que é preciso ainda informar ao governo que a comunidade aguarda pelo término dessas obras? Não

é dever de o estado conhecer os problemas das escolas estaduais? Mas a saída do governo tem sido jogar a culpa na gestão dos diretores das escolas. Será que o baixo salário pago aos professores também é culpa dos diretores? Ou realmente a Educação não é prioridade?

Citei aqui alguns exemplos da Grande Florianópolis, mas sabemos que em cada região do estado há muitas escolas aguardando pelo anúncio do início das obras.

No ano passado também entregamos ao Ministério Público Estadual um relatório sobre a situação de 65 escolas estaduais que visitamos em 2012, junto com a comissão de Educação desta Casa. O resultado dessa visita, desse dossiê, é a confirmação da falta de investimento do estado nas instituições de ensino.

Volto a questionar: quantas instituições de ensino de fato foram reformadas? Qual é o conceito, o entendimento de reforma? De quem é a responsabilidade da situação das escolas estaduais? Será que é da APP, da direção ou do estado, responsável pela educação pública estadual? Bem, a população de Santa Catarina merece esses esclarecimentos.

Essa propaganda vende uma bela realidade, mas esconde o pedido de socorro da grande maioria das escolas estaduais.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Jailson Lima, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente e srs. deputados, os parlamentares desta Casa têm acompanhado o debate que temos feito em relação ao Ministério Público, tema que hoje debatemos na nossa bancada, a reflexão sobre o pedido de uma CPI, não para desacreditar o Ministério Público, não para personificar o debate. Mas na vida público devemos ter claro que não podemos temer e fazer de conta que não existe a possibilidade de análise ou de investigação de um pretense poder.

Não vou me aprofundar aqui sobre o tema do Ministério Público, até mesmo porque quero fazer isso com tempo e com muita tranquilidade. E o Roberto Azevedo, nesta semana, colocou duas notas, de certa maneira questionando sobre uma CPI ou uma investigação no Ministério Público, para quem interessaria essa investigação.

Primeiramente, pergunto se o Ministério Público deste país pode ou não ser investigado, deve ou não ser fiscalizado, a quem cabe a responsabilidade de fiscalizar essa instituição. Essa instituição é uma entidade sem pecados? Eu não questiono o cidadão que administra esta entidade, o dr. Lio, os promotores ou os procuradores. Quero saber se prefeito tem direito de fazer, igualmente ao Ministério Público, as dispensas de licitações que fizeram ou esta Casa tem que se submeter *ad eternum* a um pretense poder incontestável de questionamento público?

Faço isso primeiro para deixar claro que não existe prédio no terreno que o Ministério Público comprou? Existe apenas um terreno de área de APP, que foi desmatada, e qualquer agricultor teria parado na cadeia se tivesse cortado uma árvore, e ainda havia um córrego no terreno. Faço esse registro com tranquilidade, lendo inclusive uma manifestação do procurador federal de Justiça, dr. Lincoln, no blog do Moacir Pereira, que diz o seguinte: "Ou eu esqueci tudo o que sei sobre Direito ou tem alguma coisa estranha na água de Florianópolis, produzindo uma alucinação coletiva."

"Meu Deus! Mas que prédio?", ele pergunta.

Pela documentação que recebi da Assembleia, não existe prédio algum. Apenas um terreno em que se pretende construir um prédio. Então, o Ministério Público de Santa Catarina estaria comprando um prédio na planta, deputada Angela Albino, dispensando a licitação do terreno, depois a licitação da sondagem, em seguida a licitação do projeto, por fim a dispensa da licitação da construção, dizendo que está comprando um prédio pronto. Esse precedente é perigosíssimo. Se o Conselho Nacional do Ministério Público disser que

isso é legal, vou começar a estocar alimento, porque vai ter que se esconder.

Então, eu ainda não entrei no mérito. Passei dezembro e janeiro trabalhando, aqui, nesta Assembleia, levantando documentos. Quero saber por que o Portal do Ministério Público, agora, em janeiro, passou a esconder informações.

Aqui, na Assembleia, ninguém questiona. Nós temos o portal mais transparente do Brasil. Se o Ministério Público muda para piorar, vamos esconder aqui também. Será que é esse o caminho?

Então, quero dizer que em nenhum momento quero desacreditar a instituição. As instituições têm que ser respeitadas. A instituição é importante. Agora, não pode haver dois pesos e duas medidas. O Ministério Público de Santa Catarina acabou de intervir na Câmara de Vereadores de Joinville, falando do não cumprimento do teto constitucional. É preciso apurar, sim, porque aqui, na Assembleia, nós apuramos e ninguém recebe salário acima do teto constitucional.

Sei lá, tem que apurar. E quero saber por que o Ministério Público de Santa Catarina não cumpre o teto constitucional de salário? Por que um procurador ou promotor recebe R\$ 368 mil, num ano, sem pagar um centavo de Imposto de Renda? Isso para mim é crime tributário.

Então, hoje não vou entrar no mérito do conteúdo dos documentos que de acordo com a lei de direito à informação recebi, porque estou discutindo nas bancadas e com os deputados.

Perdoem-me aqueles que chegam para mim e dizem: "Deputado, parabéns! Torço para que v.exa. abra a CPI". Mas eles têm medo de pegar uma caneta e assinar um papel.

Esse é o nosso papel, nesta Casa, deputado Edison Andrino, continuar fazendo de conta que fiscalizamos. Isso para mim não serve. Não vim para cá para fazer isso.

O Conselho Nacional de Justiça do Ministério Público, pela primeira vez, tomou uma posição referente à Santa Catarina. Na quinta-feira passada, estive em Brasília levando a documentação da licitação. Se aqui acham que é normal, quero

saber o que diz o Conselho Nacional do Ministério Público.

Ontem, no Conselho do Pleno, por unanimidade, aprovaram uma comissão processante para vir fiscalizar e levantar o que há em Santa Catarina.

Eu pergunto: Se por unanimidade tomar essa posição, será que é porque não tem nada? Se não tivesse nada, não teria unanimidade nessa decisão. Não teria.

Segundo, na balança do contexto da vida pública, nós temos o Tribunal de Contas, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e o Legislativo.

O Legislativo é sempre quem apanha e fica acuado. Parece que na vida pública só tem corrupto. Prefeito só tem bandido. O que não é verdade.

Até quando vamos continuar nos submetendo a essa catarse mentirosa deste país?

Então, amanhã virei com um rol de documentos da licitação, porque, deputado Padre Pedro Baldissera, farei o manual de dispensa de licitação de acordo com o que faz o Ministério Público de Santa Catarina. E vamos aproveitar esse manual para mandar a todos os prefeitos e pedir a eles que encaminhem aos promotores de suas cidades, para saber se eles podem fazer igual, para ver o que é que dizem. Se o promotor disser que pode fazer igual, está pronto e resolvido o problema do país, da lei de licitação. E aí eles vão dizer que é legal, porque aqui em Santa Catarina, que é o estado da responsabilidade fiscal, da moralidade pública, tem isso. O Paraná e o Tocantins são casos de cadeia, junto com Goiás. E quem é que fiscaliza o resto do país? Até quando o Congresso Nacional vai ficar permitindo isso novamente? Temos que debater. Quem sabe aqui nós continuemos analisando isso.

Por isso, quero deixar público, sim. Não importa quantas assinaturas houver. Mas vou protocolar o pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito, para no mínimo apurar e alguém dizer que o Ministério Público está certo. E vou mandar lá um buquê de flores parabenizando e pedindo

desculpas. E se estiver errado, vamos tomar as medidas e os procedimentos cabíveis, porque isso não pode mais continuar neste país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Inscrito o deputado Renato Hinnig, a quem concedemos a palavra por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, ouvintes da Rádio Alesc Digital e telespectadores da TVAL, ocupo a tribuna na data de hoje, primeiro, para mais uma vez pedir o apoio dos srs. deputados para o requerimento que protocolei hoje, no sentido de realizarmos uma audiência pública através da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano desta Casa, sobre o processo de licitação do transporte coletivo de Florianópolis, tendo em vista as manifestações do Sindicato dos Empregadores do Transporte Coletivo Urbano e também do Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Passageiros do Município de Florianópolis, conforme mostrei na tribuna, na semana passada.

Precisamos de respostas mais concretas do que de fato vai acontecer e qual o alcance, se esse procedimento continuar no impacto que irá trazer para a solução do transporte coletivo na Grande Florianópolis.

No momento em que o governo do estado contratou, através do BNDES, e já está em andamento, um trabalho de consultoria que tem o prazo de um ano para ser concluído e, portanto, termina em outubro e vai apresentar um plano de mobilidade urbana para a região da Grande Florianópolis, nós que representamos essa região, deputado Sargento Amauri Soares, precisamos estar mais informados efetivamente do que vai acontecer.

Por isso, o meu pedido de audiência pública e de apoio aos meus colegas parlamentares, para que possamos, a partir dessa audiência pública, colher

informações concretas e posicionar-nos adequadamente nesta Casa.

Cumprimento e agradeço o governador Raimundo Colombo, porque esta Casa recebeu, é bem verdade que levou algum tempo, mas esta Casa recebeu o projeto de lei que institucionaliza a região metropolitana da Grande Florianópolis. E agora esta Casa vai apreciá-lo, através das suas comissões. Vamos debater com os srs. deputados, com a sociedade civil, para que esta Casa ao final possa deliberar sobre esse projeto que é de fundamental importância para conseguirmos avanços significativos em questões, de caráter metropolitano, da nossa região, notadamente as soluções de mobilidade urbana, a questão de saneamento básico, enfim, tantas questões que hoje não são resolvidas só no âmbito de um município. Essas questões têm que ter um olhar diferenciado de região metropolitana. Por isso, a importância deste projeto, deste mecanismo jurídico que Santa Catarina precisa ter para poder alavancar e acessar recursos disponíveis do governo federal.

Portanto, srs. deputados, peço que se aprofundem em conhecer esse projeto e que ao final estejamos aptos em aprovar este que vai ser um grande avanço para a região da Grande Florianópolis.

Temos mais outras dez regiões criadas por lei, mas precisamos começar. E o importante é que se comece por uma. E a região da Grande Florianópolis é aquela que hoje está mais necessitando desse mecanismo. E não tenho dúvidas de que quando iniciar o seu trabalho vai demonstrar para toda Santa Catarina e para outras regiões que temos que avançar nesse processo. E Santa Catarina vai entrar num novo patamar de busca de soluções para essas questões de caráter metropolitano.

Muito obrigado!

Agora, os próximos minutos estão cedidos ao deputado Edison Andrino.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres srs. deputados, estávamos ouvindo o pronunciamento do deputado Jailson Lima

e assim quero dar continuidade sobre a questão do Ministério Público de Santa Catarina.

Durante meus mandatos de 14 anos, quando fiquei em Brasília, quando fui deputado federal, por várias vezes tentaram diminuir o poder do Ministério Público.

Eu, particularmente, não concordei, porque penso que o Ministério Público tem uma função importante de defender a população, de diminuir a corrupção no Brasil. Mas não é possível o que acontece, às vezes, com a prepotência do Ministério Público. Muitos cidadãos de bem deixam de disputar a eleição para prefeito porque ficam preocupados com o Ministério Público.

O Ministério Público, na maioria das vezes, se faz valer não como uma denúncia, como pedido de enquadramento de justiça, mas já setencia o agente público. Deputado Jailson Lima, estou falando do Ministério Público de Santa Catarina e v.exa. trouxe alguns dados que se forem verdadeiros, como v.exa. tem reafirmado aqui, esta Casa não tem outra alternativa a não ser pedir uma CPI.

É muito fácil bater em deputados. Lembro-me bem, no ano passado, da questão do auxílio-moradia, e sou defensor que aqueles que não morem em Florianópolis recebam auxílio-moradia. E a televisão veio fazer uma matéria sobre o auxílio-moradia que os deputados receberam.

Na ocasião, falei que não são só os deputados que recebem auxílio moradia. "O Ministério Público, o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas, também recebem, e você deveria fazer essa matéria nesses órgãos também e não só na Assembleia Legislativa".

Então, na realidade essa questão do teto salarial que v.exa. fala, deputado Jailson Lima, que a média do teto salarial de um promotor de Justiça, em Santa Catarina, está na faixa de R\$ 45 mil por mês, está errada, isso não pode acontecer neste estado. E esta Casa tem que investigar, assim como nós somos investigados, porque ninguém está acima da lei, ou seja, todos nós somos subordinados à legislação. Então, não é possível que continue essa situação.

E o problema se agravou, porque está cheio de casos por aí, por exemplo, a questão do jogo de futebol, em Joinville, que o Ministério Público proibiu que a Polícia entrasse em campo, e acabou acontecendo aquela violência toda em campo. Também temos o caso de quando se começou a restaurar a Ponte Hercílio Luz o Ministério Público proibiu a restauração.

Então, são medidas agressivas, sem sentido, que o Ministério Público adota e que às vezes assusta o agente público, quem administra uma prefeitura ou quem tem a responsabilidade de administrar um órgão do estado, do governo federal ou prefeituras.

Mas o mais sério é a questão dos dois prédios, um de R\$ 53 milhões, sem licitação, onde o corretor ganhou R\$ 3 milhões de corretagem, se não me engano, e outro prédio com R\$ 123 milhões, sem licitação, em que o corretor recebeu R\$ 7 milhões de corretagem, e construídos num terreno, como diz v.exa., deputado Jailson Lima, que o Ministério Público tinha embargado, que a Floram ou a Fatma foram multadas, porque iam permitir ou permitiram desmatamento para construírem os prédios. Só que eles não compraram os prédios. Eles estão pagando a empresa para construir esses prédios, e até agora, deputado Jailson Lima, não vi ninguém do Ministério Público, nem aqueles que lideram movimentos contra a corrupção, e eu acho que têm que fazer mesmo movimentos contra corrupção nesse país, eu não vi ninguém tentar explicar.

Esta Casa está à disposição para uma explicação, porque todo ano o Ministério Público vem à nossa Casa prestar contas das suas atividades, e nós ficamos escutando com muita atenção. E volto a reafirmar que o Ministério Público tem um papel importante neste estado e no país.

Imaginamos nós aqui, deputado Silvio Dreveck, se um prefeito da região norte do estado compra um prédio por R\$ 4 milhões ou R\$ 5 milhões sem licitação, por mais argumentos que o prefeito busque para justificar a compra, o Ministério

Público vai aceitar isso? É claro que não vai aceitar!

Agora, imaginem R\$ 123 milhões por um prédio que não existe, ou seja, a empresa está construindo o prédio com dinheiro do Ministério Público, e se não me engano, no dia 19 já foram depositados R\$ 30 milhões. Assim é muito fácil!

Então, acho que ninguém melhor do que o Ministério Público para dar o bom exemplo, porque é o órgão que fiscaliza, é procurado pela população para denunciar irregularidades aqui neste estado e no país.

Por isso, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, acho que esta Casa, e digo isto com muita tranquilidade, não faz represália a alguma atitude recente do Ministério Público, eu já havia dito isso para o deputado Jailson Lima, no final do ano passado, quando foi levantada essa questão, de que eu estava à disposição para assinar essa CPI, porque acho assustador esses fatos. E até agora o Ministério Público está de boca fechada, não vi ninguém deste órgão tentar explicar a compra desse prédio por R\$ 123 milhões.

Temos dois fatos importantes para determinar nessa CPI, a compra desses dois prédios sem licitação e a questão do teto salarial dos promotores de Justiça de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, farei algumas considerações a respeito do sexto congresso nacional do MST, que aconteceu na semana passada, em Brasília, para debater que modelo de reforma agrária queremos para o nosso país e que tipo de ação estamos adotando nesse sentido. Esse evento reuniu mais de 15 mil pessoas.

A luta pela reforma agrária popular, a nova compreensão de todos os militantes, envolve famílias de todo o país, mas não apenas do campo. Então, quando se fala em reforma agrária popular, traz-se presente a luta do homem do campo e também nas suas organizações e movimentos da cidade.

Esse encontro reuniu também técnicos, pesquisadores, estudantes de diversos países, com o objetivo de avançar na luta pela reforma agrária e pela soberania alimentar.

Parece que esses são dois elementos estratégicos e importantes. É uma questão que envolve a distribuição da terra com políticas que dão dignidade às pessoas que ocupam esses espaços, mas ao mesmo tempo também a luta pela soberania alimentar, fundamentalmente a produção de alimentos de qualidade.

Quem produz o alimento de vai à mesa é exatamente a nossa agricultura familiar e camponesa. E o PT, historicamente, desde a sua fundação, há 34 anos, teve isso como uma bandeira na sua plataforma de debates por todo este país. E com os governos do Partido dos Trabalhadores conseguimos inúmeros avanços no que diz respeito às políticas voltadas para os nossos assentamentos.

Nesse sentido, posso aqui dizer com toda segurança que, mesmo com os avanços que tivemos, é preciso avançar muito e muito mais no que diz respeito à reforma agrária.

Tenho também a plena convicção de que teremos avanços em toda sociedade com uma reforma agrária mais ágil e organizada, e também com políticas de incentivo aos nossos assentamentos.

E foi exatamente nesta direção que a Coordenação Nacional do Movimento Sem Terra, durante o 6º Congresso, tem levado à presidenta Dilma em sua audiência, na última quinta-feira, dia 13, uma pauta de debate, de discussão, no sentido da ampliação de uma série de políticas e, ao mesmo tempo, também ações que possam levar mais estrutura, mas dignidade, e mais qualidade de vida aos trabalhadores dos nossos assentamentos.

A luta pela terra é uma luta pela vida. Quem luta pela terra, luta pela vida. Quem defende a vida, defende a terra, e luta pela terra e pela distribuição da mesma, pela produção de alimento de qualidade, alimento saudável, por respeito ao trabalhador e à trabalhadora do campo e ao trabalhador e à trabalhadora da cidade.

Foi esta a mensagem de fundo levada a nossa presidenta Dilma, juntamente com uma série de pontuações, e nós poderíamos aqui enumerar algumas delas como sendo a estruturação do Incra e a valorização do corpo técnico do Incra.

Nesse aspecto, lembramos que desde 2006, deputado Sargento Soares, em torno de 40% dos servidores saíram do órgão, quase a metade. E mais de duas mil pessoas se aposentaram, diminuindo desta forma a capacidade operacional em torno de 50% do Incra.

Então, o movimento todo na defesa de um poder público mais forte, mais qualificado, pede isto à presidenta Dilma, para que tenha um olhar diferenciado sobre a importância da reestruturação e a valorização do corpo técnico do próprio Incra.

Outra questão que é básica é o PAA de aquisição de alimentos que, além de beneficiar quem produz o alimento, beneficia também a quem o alimento é destinado.

Portanto, é uma política que recebeu aplausos do movimento, e a presidenta Dilma Rousseff se comprometeu ampliar os recursos para um melhor atendimento e eficácia desta política estratégica e importante para a agricultura familiar e camponesa.

Seria isso, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário dos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSOL.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caros colegas deputados, sras. deputadas, quem nos acompanha nesta sessão.

Queria falar agora de um projeto de resolução que este parlamentar e o deputado Edison Andrino assinamos e protocolamos no ano passado junto à Mesa Diretora, cuja emenda diz o seguinte: revoga atos praticados no âmbito da Assembleia Legislativa, e adota outras providências.

Esse projeto de resolução tem o objetivo de revogar os atos feitos por esta Casa de cassação de deputados, mas não só o ato praticado pela própria Casa, como também a conivência, o despacho conforme o interesse, o encaminhamento dos organismos obscuros, organismos nacionais da obscuridade praticados pela ditadura civil, militar instaurada no Brasil em 1964.

Também para que possamos fazer um debate com a sociedade catarinense até para que todos possam ter essa informação e avançar nessa consciência a importância disso. Agradeço ao deputado Edison Andrino por estarmos juntos nesse projeto de resolução, ele que é militante contrário à ditadura deste a sua adolescência e juventude.

Em Santa Catarina poucas pessoas sabem que foram sete os deputados estaduais cassados durante a ditadura militar. Estamos falando só daquele período da ditadura militar que foram sete deputados estaduais e um vice-governador.

Conhecemos muito bem, e é muito falado a cassação do Paulo Stuart Wright. No entanto, temos outros deputados estaduais que foram cassados pela Assembleia Legislativa e afastados do poder pela ditadura os ex-deputados estaduais: Addo Vânio de Aquino Faraco, pai da deputada Ada de Lucca, hoje na função de secretária, Evilásio Nery Caon, Fernando Brüggemann Viegas de Amorim; Geni Destri, Manoel Dias, presidente do PDT estadual e hoje ministro da presidenta Dilma Rousseff, Paulo Stuart Wright, o mais conhecido e Waldemar Sales.

Esses são os deputados estaduais de Santa Catarina afastados do poder por ato da ditadura, vamos dizer assim, homologados por esta Assembleia Legislativa e também o mandato do vice-governador do estado, o sr. Francisco Dall'Igna. Sim, um vice-governador foi cassado no estado de Santa

Catarina, e a imensa população ainda não sabe como também em nenhuma escola, creio, não se fala isso.

É importante que a população saiba para que se possa tomar consciência dos efeitos nefastos daquele processo político.

Já manifestei aqui na semana passada a minha posição de que como militar entendo que foi um golpe patrocinado pelos monopólios nacionais e internacionais, segundo o interesse econômico dos monopólios dos Estados Unidos, que teve participação ativa inclusive da CIA, que foi puxado por uma meia dúzia de generais, que as primeiras vítimas foram militares.

O Sr. Deputado Edison Andrino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Edison Andrino - Eu queria cumprimentar v.exa., porque foi quem teve a ideia de homenagear essas pessoas. É bom que homenageie esses deputados cassados até como simbolismo de se fazer justiça. V.Exa. tem razão, pois a grande maioria da população desconhece esses fatos. E v.exa., além de relembrar esses tristes fatos históricos da época da ditadura, você também presta homenagem a esses que tiveram seu mandato cassado e conseqüentemente também aos eleitores que elegeram essas figuras de Santa Catarina que aqui na Casa representava o povo.

Quero cumprimentar v.exa. pelo gesto que tem um simbolismo muito grande para que momentos daquele da ditadura nunca mais se repitam neste país.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Quero cumprimentar v.exa. pela participação nesse processo. Considero que é uma reflexão necessária para que possamos discutir e formar uma consciência a respeito daquilo que precisamos evitar para as futuras gerações. E faço um apelo aos deputados para que possamos aprovar essa resolução ainda antes de 31 de março, que é quando se completa 50 anos do Golpe, aos 40 deputados estaduais, para que possamos fazer isso ainda este

ano, antes do cinquentenário daquele episódio trágico.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o assunto que me traz a esta tribuna trata-se do trabalho que realizamos nesta Casa, no decorrer de 2013, mais precisamente com a CPI da Telefonia Móvel em Santa Catarina.

Aqui quero registrar a participação efetiva dos nossos colegas deputados que participaram durante sete meses, todas às terças-feiras, das 17h30 às 22h, enfim, dependendo dos depoimentos, dependendo dos assuntos que lá tratávamos, no decorrer desses trabalhos que foram relevantes para Santa Catarina. Quero lembrar que o deputado Moacir Sopelsa foi o relator, a deputada Ana Paula Lima teve uma participação efetiva, como os deputados Sargento Amauri Soares, Edison Andrino e Maurício Eskudlark, que praticamente foram as pessoas que não mediram esforços para que chegássemos àquele termo de compromisso que resultou no trabalho desses sete meses.

Ontem tivemos mais uma reunião de trabalho, mas evidentemente já terminaram os trabalhos da CPI. E esse trabalho coincidiu com o último lote de leilão feito pelo governo federal, que surgiu em função dos trabalhos realizados nas 17 federações. E o trabalho realizado em Santa Catarina foi pioneiro nesse termo de compromisso com um resultado efetivo, que transmitirei a v.exas.

A operadora Tim, neste ano, tem a obrigação, e assim vai fazer, de instalar 293 antenas em aproximadamente 180 municípios catarinenses. Os municípios são de escolha da empresa, por uma questão técnica, mas a prioridade são os

municípios da área agrícola, pois lá praticamente inexistente o sinal de telefonia móvel. As antenas atingiram uma extensão de 30 quilômetros da sede do município para todas as direções, norte, sul, leste e oeste. Isso é importante, pois abrange os bairros e também as rodovias, uma grande reivindicação que havia. Além disso, as escolas rurais terão internet também, porque elas hoje não são contempladas.

Há um questionamento sobre o resultado do trabalho e vamos provar isso na prática. Nessa primeira fase precisa-se da liberação das licenças ambientais. E acreditamos que a Fatma vai dar uma resposta a altura da população catarinense, porque na verdade será beneficiada a população catarinense que está sem acesso à informação, à comunicação. Hoje o uso do telefone móvel é indispensável para qualquer pessoa, porque nesse equipamento se incluem várias ferramentas importantes para o conhecimento e o aprendizado.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado, quero justamente falar em favor do seu pronunciamento. Li há poucos dias num órgão de comunicação que aquela CPI foi inócua, que não deu em nada, e queria discordar dessa opinião, dizendo que a Assembleia Legislativa, através dessa CPI presidida por v.exa., fez aquilo ou mais do que aquilo que a legislação possibilita.

Nós não podíamos caçar o direito de operação de nenhuma daquelas empresas, porque os contratos são federais; não tínhamos poder de polícia contra aquelas empresas ou instituições responsáveis pelos serviços ruins. Evidentemente, sabemos que problemas existem, mas hoje existe a realidade de que a Assembleia acompanha o que está acontecendo, e v.exa. nos traz informes importantes a respeito disso. Assim, esta Casa está cumprindo o seu papel de ser fiscalizador do direito da população catarinense.

Será um grande avanço se tivermos, na maioria dos municípios catarinenses, já neste ano, o

acesso ao celular em até 30 quilômetros de raio, o que vai atingir na maioria dos municípios a totalidade ou quase a totalidade das rodovias que cobrem este estado. Isso será um imenso avanço. E o trabalho que fizemos na CPI, dirigidos muito bem por v.exa., tem um papel fundamental e uma responsabilidade direta também nesses resultados.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Incorporo o seu pronunciamento ao meu, que é de grande valia. Mas quero mais uma vez ressaltar que esse trabalho, essa conquista, só foi possível porque houve essa efetiva participação de todos os membros, da deputada Ana Paula Lima, do deputado Edison Andrino e de tantos outros colegas que participaram.

Nós acreditamos que poderíamos contribuir com a população catarinense. E esta Assembleia Legislativa deu uma grande demonstração, porque nem sempre é só pensar quanto o deputado vai levar de dinheiro para o município. Esse é um ganho imensurável, porque presta um grande serviço à população catarinense. E foi através desta Assembleia Legislativa que se permitiu que neste ano de 2014 tivéssemos 60% dos municípios catarinenses atendidos com a telefonia móvel.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Alesc Digital e os que estão presentes no plenário, quero registrar a presença do diretor de Esportes da prefeitura de Porto Belo, sr. Samuel. Seja bem-vindo!

Deputado Sargento Amauri Soares, parabéns pelo projeto de resolução. V.Exa. é um exímio conhecedor da história, em especial dos tempos da

ditadura, claro que estando do outro lado do balcão, com muita legitimidade traz a esta Casa essa proposta de restituir o mandato a esses cidadãos.

Não sou tão antigo assim, mas de fato eu desconhecia essa história do vice-governador também ter sido, na época, banido do seu mandato por suas ligações com os movimentos democráticos.

É claro que talvez a pessoa de maior destaque, pelo menos, mais conhecida entre nós, seja o deputado Paulo Stuart Wright, ao qual já fizemos honrosa menção nesta Casa, inclusive com uma sessão especial em sua homenagem. Ele foi filho de um pastor evangélico, da igreja Presbiteriana de Joaçaba, e revolucionou a Federação dos Pescadores, com mais de 30 colônias criadas e formadas a partir do seu trabalho, da sua ação. Então, junto-me aos demais nomes para com v.exa. assinar essa resolução e de fato gerar esses direitos que foram cassados durante a vigência do regime de exceção.

Parabéns, deputado, por essa iniciativa.

Mais uma vez, ontem, tivemos a visita de emissários do governo federal relacionados à BR-470, com a presença do sr. governador, em Navegantes, com o prazo de 60 dias anunciado pelo nosso Departamento Nacional de Infraestrutura para o início das obras da duplicação da BR-470, no trecho de Navegantes a Ilhota, um trecho de 18,7Km.

Ficamos felizes e aplaudimos mais essa iniciativa. No entanto, continuamos um tanto quanto incrédulos, deputado Sandro Silva, em relação à duplicação da BR-470, assim como à da BR-280, porque estamos a passos de tartaruga. Estamos a passos de tartaruga.

Nós moradores do vale do Itajaí e nós catarinenses sabemos da importância da duplicação da BR-470, até pelo escoamento da sua riqueza, do oeste para o litoral; 40% do PIB catarinenses passa ali. É uma estrada planejada há 50 anos para dez mil veículos. E hoje temos de 30 a 35 mil veículos, mas precisamos, de fato, continuar, deputada Ana Paula Lima, a nossa pressão pela

duplicação. E tenho certeza de que v.exa. se junta ao nosso discurso, no sentido de ver o aceleramento dessas obras, principalmente da região de Blumenau.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Muito obrigada, deputado Ismael dos Santos.

Eu estava presente, ontem, na assinatura de mais essa ordem de serviço do primeiro lote do trecho de Navegantes a Ilhota. E tenho acompanhado até como presidente do Fórum Permanente pela duplicação da BR-470 e vivenciado isso constantemente, inclusive acompanhando as obras dos trechos três e quatro, que envolvem mais a nossa região, o perímetro urbano de Blumenau, Indaial e de Gaspar.

Deputado Ismael dos Santos, gostaria que v.exa. se somasse a essa luta. E cobrei ontem do governador do estado uma das preocupações que é o realocamento do gás que passa pela margem da BR-470. E isso precisa ser feito urgentemente antes da empresa começar as obras de drenagem naquele trecho, principalmente o três e o quatro, que é uma preocupação grandiosa.

Então, o governador do estado disse que iria fazer isso, ontem, no evento que teve em Navegantes. E a cobrança da presidente Dilma Rousseff é de que o dinheiro está certo para a duplicação. Mas temos que estar atentos tanto para a desapropriação quanto para o realocamento do gás, porque isso é de fundamental importância para o aceleramento dessas obras. E tenho certeza de que v.exa. tem acompanhado essa situação bem de perto.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima, pode contar conosco nessa pressão ao governo do estado em relação à SCGás. E mais uma vez estamos sendo atropelados, primeiro, pela burocracia e, depois, pela falta de planejamento, em um projeto recente

da SCGás que, agora, precisa ser deslocado para a duplicação da BR-470.

Sr. presidente e srs. deputados, apenas gostaria de informar aos nossos telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e àqueles que nos acompanham nesta tarde das inscrições que mais uma vez foram abertas para o curso de prevenção de drogas, oferecido pela Senad, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.

Nessa edição o curso de prevenção ao uso de drogas está sendo executado em várias universidades, aqui em Santa Catarina pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. São oferecidas dez mil vagas aos três estados do sul do país para professores que queiram ou tenham interesse nesse tema que é transversal.

Está baseado como uma proposta do ministério da Justiça e da secretaria de Educação Básica do ministério da Educação, em parceria com instituições de ensino superior e aqui no estado com a UFSC. Faz parte o programa "Crack, é possível vencer" e baseia-se no campo da prevenção, capacitando os nossos profissionais das redes de educação, como também trabalhadores das áreas de segurança pública, saúde e assistência social, além de conselheiros, lideranças comunitárias e religiosas.

Portanto, quem tiver interesse deve acessar o site da UFSC, no programa "Crack, é possível vencer". O curso legitima no que diz respeito a promover ações de prevenção de drogas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Sandro Silva por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, em primeiro lugar, parabênizo a CPI da Telefonia Móvel, deputado Silvio Dreveck, pela conquista que tivemos.

É um absurdo, deputado Ana Paula Lima, porque quando estamos na cidade do interior muitas vezes estas cidades não têm sinal de telefone celular.

Penso que as empresas devem dar contrapartida de tudo que as pessoas investem, comprando telefone celular e assim por diante.

Sr. presidente, na sexta-feira fomos ao município de Criciúma, juntamente com os srs. José Ribeiro, presidente do Conselho Estadual da População Afrodescendente, e com Osvaldo Vargas, coordenador da Promoção de Igualdade Racial, do estado de Santa Catarina. Conversamos, em Criciúma, com o chefe de gabinete do prefeito Márcio Búrigo, sr. Ênio Steiner, com o vereador e pastor Jeves e com a Tati Teixeira, presidente da Câmara Municipal desta cidade, eis que pela primeira vez assume uma mulher nesta câmara municipal.

Parabéns à vereadora Tati Teixeira por essa conquista.

Fomos aos municípios de Criciúma e Içara que estavam debaixo d'água pela tempestade. E o que nos levou até esses municípios foi o fato de que existe uma lei que reserva 20% das vagas para negros nos concursos públicos da cidade - essa lei existe desde 2004. Em 2008 e 2010 essas vagas estavam previstas. Só que neste ano, quando o edital foi lançado, essas vagas não foram reservadas. E o Movimento Negro de Criciúma entrou com uma ação no Ministério Público pedindo a suspensão do edital do concurso para que as cotas fossem incluídas. Só que a Justiça, em primeira instância, achou por bem não suspender o edital e também achou por bem não incluir os 20% previstos para negros e pardos no edital do concurso.

Fomos lá para conversar com o prefeito Márcio Búrigo que estava envolvido nas questões das enchentes que estavam acontecendo em Criciúma e falamos com o Ênio Steiner que por sua vez ficou de conversar com o prefeito para que seja revisto, porque não querem que seja suspenso o edital, mas que ele seja revisto e incluído esse direito que há dez anos Criciúma vem tendo. E direitos têm que ser mantidos, ou ampliados, mas nunca reduzidos.

Então, o município de Criciúma com a bancada do PT há dez anos estão na vanguarda de toda essa discussão, de cotas do estado e no ano passado deram entrada nas cotas, mas a presidente Dilma Rousseff deu um passo atrás, tirando do edital, do concurso, esse direito da população afrodescendente.

Então, entendemos que foi um equívoco a retirada das cotas desse edital do concurso público. Aí pedimos ao prefeito Márcio Búrigo para que volte a inclusão, para que o direito da população negra de Criciúma e das pessoas que querem fazer o concurso seja garantido, caso contrário, o Movimento Negro de Santa Catarina, nas pessoas do Cepa e da Coordenação Estadual da Promoção Racial, irá entrar com um processo pedindo a garantia desses direitos à população negra da cidade de Criciúma.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos à Ordem do Dia.

Srs. deputados, sras. deputadas, temos na pauta da Ordem do Dia apenas requerimentos, pedidos de informação, então, vamos entrar na Ordem do Dia antes do horário previsto.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0029/2014, 0030/2014, 0036/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0031/2014, 0034/2014, de autoria do deputado Darci de Matos; 0032/2014, 0033/2014, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0035/2014, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Esta Presidência comunica que defere os requerimentos n.s: 0044/2014, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0045/2014, de autoria do deputado Darci de Matos; 0046/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0047/2014, de autoria do Silvio Dreveck; 0048/2014, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0049/2014, 0050/2014, de autoria do deputado Aldo Schneider.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, Com a aquiescência do deputado Aldo Schneider, eu gostaria de subscrever os requerimentos n.s: 0049/2014 e 0050/2014.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a aquiescência do deputado Aldo Schneider, mesmo não estando presente na sessão, faremos a comunicação ao deputado, que certamente não irá se opor.

Esta Presidência também defere os Requerimentos n.s: 0051/2014, 0052/2014, 0053/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário o Requerimento n. 0054/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta, à diretoria das empresas Tim, Oi, Claro e Vivo em Santa Catarina, solicitando a instalação de torre de telefonia móvel no interior do município de Monte Claro.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0003/2014, de autoria do deputado Aldo Schneider, a ser enviada à presidente da república e demais autoridades, manifestando apoio à indicação do professor doutor Maurício Fernandes Pereira para compor o Conselho Nacional de Educação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0007/2014, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca das obras de pavimentação asfáltica da SC-477, trecho entre Papanduva e Itaiópolis, passando pela localidade de Iraputã, e trecho da localidade de Moema até o município de Doutor Pedrinho.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Solicito, com aquiescência do deputado Reno Caramori, subscrever o Pedido de Informação 0007/2014.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, concordamos e abdicamos da exclusividade, inclusive, gostaria que todos os srs. deputados assinassem esse pedido de informação, para que nos dessem uma força.

Nós estamos aqui, sr. presidente, há 23 anos brigando por essa rodovia, na expectativa de que um dia a obra seja realizada. Uma hora o problema é um, outra hora é problema com os índios ou com mudança de trajeto, e as coisas não andam.

Então, queremos uma definição. Este Poder tem obrigação de cobrar e o direito de receber as informações sobre o andamento das obras, pois somos questionados todos os dias.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, também gostaria de subscrever este requerimento, porque a todo o momento somos

instigados, perguntados sobre essa situação e precisamos dar uma resposta para a comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - De acordo com a manifestação do autor do requerimento, deputado Reno Caramori, o pedido de informação será subscrito pelos 40 deputados.

Solicito à assessoria que faça os devidos procedimentos.

Pedido de Informação n. 008/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem ao secretário de estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, pedindo informações referentes ao procedimento adotado para a convocação dos aprovados para o cargo de pedagogo do concurso público da referida secretaria - Edital n. 001/2009.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

A primeira oradora inscrita é o sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, hoje quero falar sobre a saúde, principalmente sobre um fato relevante que aconteceu em Blumenau, no Hospital Santo Antônio, um hospital de referência para o atendimento à criança e ao adolescente, um hospital que recebeu o título de Amigo da Criança, recebeu prêmios nacionais na gestão do prefeito Décio Lima, porque tinha essa característica.

No último final de semana foi compartilhado, milhares de vezes, nas redes sociais, um vídeo com imagens de uma mãe desesperada, implorando para

que seu filho doente recebesse atendimento médico naquela unidade de saúde, no Hospital Santo Antônio, de Blumenau.

A cena lamentável aconteceu em Blumenau, na última sexta-feira. O momento é realmente desesperador: com o filho nos braços, a mãe implorava por atendimento. Também sou mãe e como os senhores e senhoras também já tiveram um filho doente sabem o quanto nos dói. Um filho doente dói mais do que em nós mesmos. E essa mãe estava realmente desesperada em busca de atendimento.

As imagens que duram pouco mais de um minuto foram registradas pela jovem Bruna Rodrigues, que estava no pronto-socorro acompanhando sua mãe. Segundo ela contou à imprensa, aguardava o atendimento de familiar quando foi surpreendida com o fato que agora socializo com todos.

Peço atenção para que possamos assistir ao vídeo.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Esse foi o vídeo que uma jovem fez durante o atendimento no hospital da nossa cidade que, por incrível que pareça, já teve o título de hospital amigo da criança. Sexta-feira à noite, esta mãe, com o filho desmaiado, o filho já tinha vomitado, ela já tinha atendido, estava há muito tempo esperando quando o filho desmaiou. Mais uma vez ela tentou o atendimento, teve que chutar a porta para poder entrar e ter um atendimento.

Por incrível que pareça, a justificativa da Prefeitura de Blumenau é que esse vídeo vai ser usado em treinamento. Veja minha gente! Em treinamento de que?

O que falta é vontade política de atender bem a nossa comunidade, e nós conhecemos a realidade de Blumenau, eu conheço bem a realidade do Hospital Santo Antônio, que é um hospital filantrópico. Nós sabemos que é uma entidade filantrópica de direito privado, mas a responsabilidade do hospital sempre foi da Prefeitura Municipal de Blumenau.

Há muitos anos, quem tem responsabilidade por aquele hospital é a Prefeitura Municipal de Blumenau, que infelizmente isso é o que a pessoa

conseguiu registrar e conseguiu colocar nas redes sociais. Mas, todo momento tem reclamação do Hospital Santo Antônio, do não atendimento por falta de profissionais, por falta de investimentos naquela unidade de saúde.

Por diversas vezes, nos últimos meses, a população de Blumenau e da região sofrem com a ausência de médicos, em especial pediatras, para os atendimentos naquela unidade de saúde.

Apesar de possuir um corpo clínico e de enfermagem competentes, a Prefeitura Municipal de Blumenau não consegue colocar mais médicos para fazer atendimento no Hospital Santo Antônio, para fazer atendimento na comunidade.

E o desespero dessa mãe, senhoras e senhores deputados, precisa ser ouvido. Não é o desespero só de uma mãe, é o desespero de milhares de mães que precisam ser ouvidas por todas as autoridades e em especial pela prefeitura municipal de Blumenau.

Não é de hoje que estas situações acontecem em vários hospitais, mas em Blumenau está sendo muito constante. Imaginem, senhores deputados, sras. deputadas, no Programa Mais Médicos, dois municípios não aceitaram o programa do governo federal.

Um deles foi o município de Florianópolis, mas o prefeito voltou atrás, e o outro município foi aquele em que resido, que é o município de Blumenau, deputado Sargento Amauri Soares, que também não queria o Programa Mais Médicos.

Graças a Deus o prefeito Napoleão voltou atrás, podendo agora Blumenau ganhar também profissionais para fazer o atendimento nas comunidades.

Mas é um absurdo, numa campanha eleitoral se prometeu muito em resolver o problema da saúde, e a saúde precarizou, basta que milhares de pessoas possam fazer estes vídeos e mostrar para toda comunidade o quanto está ruim o atendimento das pessoas na área da saúde.

Não é de hoje que essas situações acontecem nos hospitais, em diversas ocasiões a comitiva da comissão de Saúde desta Casa, deputados desta

Casa, constataram uma situação grave também em outros hospitais do estado de Santa Catarina. Em várias oportunidades eu ingressei essas comitivas fazendo vistoria em vários hospitais.

No Joana de Gusmão, na questão da oncologia pediátrica, graças a Deus, aquele diretor do hospital saiu, melhorando inclusive o atendimento das crianças que são portadoras de câncer.

Mas eu tenho utilizado esta tribuna para fazer estas denúncias, espero que o Hospital Santo Antônio melhore o atendimento. Inclusive, já fui convidada para visitar o Hospital Santo Antônio, conheço a realidade desse hospital e defendo aquela instituição. O que não defendo é a falta de ação do poder público de fazer investimentos necessários.

É muito fácil fazer promessas em campanhas eleitoreiras dizendo que vai resolver realmente o problema da saúde. Essa questão lidera todas as pesquisas, srs. deputados e sras. deputadas, num setor que precisa de atenção de políticas adequadas, de mudanças de práticas, e a sociedade quer essas mudanças urgentemente.

Quando falo de mudanças, não me refiro somente às boas instalações, aos equipamentos. Falo também na valorização desses profissionais que atendem nesses hospitais, de pessoas preparadas para o atendimento que a nossa população merece e precisa, porque quem procura uma unidade hospitalar se encontra muito debilitada fisicamente e emocionalmente.

Temos visto que a saúde em nosso estado pede e grita por socorro assim como uma mãe que estava no hospital de Blumenau com o filho nos braços, desmaiada, pedindo um atendimento e teve que chutar uma porta para abrir, mas não deram o atendimento imediatamente. Assim acontece todo o momento, e o povo sofre calado.

Então, precisa ter coragem, e a Bruna teve a coragem de fazer esses vídeos e colocar nas redes sociais para alertar os políticos, a comunidade e, agora, cabe ao Ministério Público da minha cidade fazer uma ação contra essas declarações, essas postagens que foram evidenciadas.

Para quem pensa que a saúde está bem no estado de Santa Catarina, quero dizer que está péssima. Hoje vimos o Hospital de Caridade em greve não só pela questão salarial, mas também por falta de um local adequado para trabalhar. Também o Hospital São José que tive a oportunidade de vivenciar e de visitar na semana passada é uma lástima o setor de cardiologia, o Hospital Carmela Dutra também, o Hospital Hans Dieter Schmidt, na cidade de Joinville, deputado Nilson Gonçalves, também está pedindo socorro.

Então, devido a ações como essas, a exemplo do que aconteceu na cidade de Blumenau daquela mãe desesperada, temos que cobrar mais tanto dos prefeitos quanto do governador do estado procedimentos mais eficazes na saúde.

Era isso, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Concordo com v.exa., deputada Ana Paula Lima, a saúde realmente está doente no país inteiro, não há menor dúvida disso.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, gostaria de me reportar à comunidade catarinense, a quem nos assiste, para dizer que neste final de semana tivemos dois atos do governo importantes, um na cidade de Braço do Norte, onde estivemos com o governador do estado Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira, juntamente com o governador Luiz Henrique da Silveira, deputados federais, Ronaldo Benedet, Edinho Bez, deputados estaduais, Manoel Mota, Valmir Comin e José Nei Ascari.

Essa inauguração foi importante para Braço do Norte. Estiveram lá mais de 2.000 mil pessoas que receberam o governador do estado Raimundo Colombo e Luiz Henrique da Silveira e deputados.

Destacamos também a importância da atuação do prefeito Ademir da Silva Mattos, que sem dúvida nenhuma fez com que o vice-prefeito, em exercício, Charles Teodoro Bianchini, assinasse a ordem de

serviço para a construção do posto de saúde na localidade de Pinheiral.

Lá na comunidade de Pinheiral estavam presentes várias autoridades políticas e pessoas que fizeram o pedido para que esse posto de saúde seja construído. Essa foi uma ação de governo que trouxe satisfação à comunidade de Braço do Norte. Parabéns, Braço do Norte, parabéns, comunidade de Pinheiral, pelo grande evento que aconteceu no sábado na cidade de Braço do Norte.

Estivemos, na segunda-feira, no município de Porto União, que é o primeiro município do estado que juntamente com o município de Canoinhas, que conseguem federalizar uma BR, que é a BR-280, que vem de São Francisco do Sul e vai até a BR-153, no estado do Paraná.

Temos a certeza de que esse grande evento que aconteceu em Porto União foi marcado pela presença do governador Raimundo Colombo, pela ministra Ideli Salvatti e outras autoridades federais e estaduais. E nós fomos o relator dessa importante lei da federalização da BR-280. Mas tudo isso não teria acontecido se não tivéssemos a interferência do secretário da Infraestrutura Valdir Cobalchini que teve a importante missão de fazer com que essa importante rodovia fosse agraciada com um valor de R\$ 36 milhões para a sua recuperação. Temos a certeza de que o governo federal vai fazer a diferença no nosso município do planalto norte.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Nós que somos do sul do estado tivemos a grata satisfação de receber o deputado Antônio Aguiar na comunidade de Braço do Norte, onde pudemos presenciar a inauguração de um trecho de 12km da rodovia. E agora, com mais sete quilômetros, vamos conseguir levar até o município de Rio Fortuna. E quem apostou na construção desse trecho foi um titular da pasta.

Por isso, esse trabalho precisa ser reconhecido, pois com a aquiescência do governador Raimundo Colombo deram continuidade a esse

trabalho beneficiando a comunidade. E v.exa. foi lá reivindicar um posto de saúde, o que nos deixa satisfeito, pois v.exa. é sempre bem-vindo.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Como médico não poderia ser diferente, pois estamos em busca de melhorar a saúde do povo. E com a construção do posto de saúde em Pinheiral tenho certeza de que a comunidade vai se melhor atendida. E esse atendimento também depende do trabalho do governo federal que tem identificado problemas, mas não nos dá soluções. A solução são 10% no orçamento para a Saúde. Essa é uma solução do governo federal, que talvez seja uma solução.

A Saúde, nos dias de hoje, encontra-se com muitas dificuldades, e queremos que essas sejam reparadas com dinheiro do governo federal. O governo federal aprovou a Emenda n. 29. Todos nós esperávamos que a Emenda n. 29 viesse beneficiar com força a Saúde. Ao contrário, não atingiu a Saúde no seu todo, mas de forma fracionada, dividida. Então, esperamos ações urgentes do governo federal na área da saúde.

Quero, também, falar de uma importante reunião que ocorreu no município de Canoinhas, relativa à 7ª edição dos Jogos Abertos da Terceira Idade (Jasti).

Desde já convidamos a todos os catarinenses, principalmente as pessoas da terceira idade, para que compareçam em Canoinhas, dos dias 12 a 17 de maio, para os Jogos Abertos da Terceira Idade, um conagraçamento de pessoas que lutaram a vida inteira, criaram os seus filhos, trabalharam de sol a sol, empenharam-se durante a vida para agora, num momento mais tranquilo, após os 60 anos, terem o reconhecimento dos governos federal, estadual e federal.

A cidade de Canoinhas, pela vez primeira, sedia os Jogos Abertos da Terceira Idade, e este deputado como autor da lei que criou esses jogos, convida a todas as pessoas para esse evento nos municípios de Canoinhas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO Nilson Gonçalves) -
Não havendo mais oradores inscritos, livre a
palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da
palavra, esta Presidência, antes de encerrar a
presente sessão, convoca outra, ordinária, para
amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do
Dia: matérias em condições regimentais de serem
apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.